



JUCESP PROTOCOLO
0.826.174/25-5



J&F INVESTIMENTOS S.A.
CNPJ/MF nº 00.350.763/0001-62
NIRE 35.300.340.825

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2025**

DATA, HORA E LOCAL: 25 de março de 2025, às 14:00 horas, na sede da J&F Investimentos S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Marginal Direita do Tietê, nº 500, Bloco I – A, 1º andar, Vila Jaguara, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05118-100.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: convocação dispensada em face da presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme faculta o artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades Por Ações").

MESA: o Sr. Aguinaldo Gomes Ramos Filho, na qualidade de Presidente; e o Sr. João Paulo Bueno Minetto, na qualidade de Secretário.

ORDEM DO DIA: (i) alteração do Artigo 1º do Estatuto Social da Companhia; (ii) alteração do Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia; (iii) consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) aprovação da publicação da ata da Assembleia Geral Extraordinária na forma do artigo 130, §2º, da Lei das Sociedades por Ações, omitindo-se os nomes dos acionistas.

DELIBERAÇÕES: colocadas as matérias em discussão e posterior votação, os Acionistas aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas:

(i) A alteração da denominação da Companhia que deixará de ser J&F Investimentos S.A. e passará a ser J&F S.A.

Em razão da deliberação acima, o Artigo 1º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 1º - A J&F S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis."

(ii) A inclusão das seguintes atividades no objeto social da Companhia: (i) comércio varejista de energia elétrica; (ii) bem como serviços de consultoria e gestão de energia; (iii) distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas; (iv) atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; (v) outras sociedades de participação, exceto holdings; (vi) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (vii) aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes; (viii) extração de petróleo e gás natural; (xi) atividades de apoio à extração de petróleo e gás

natural; (x) geração de energia elétrica; (xi) transmissão de energia elétrica; (xii) produção de gás; processamento de gás natural; (xiii) distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas; (xiv) comércio atacadista de combustíveis de origem mineral em bruto; (xv) administração de obras; (xvi) aluguel de outras máquinas e equipamentos; (xvii) fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente; (xviii) atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica; (xix) comércio varejista de material elétrico; (xx) holdings de instituições não-financeiras; (xxi) gestão e administração da propriedade imobiliária; (xxii) transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; (xxiii) transporte ferroviário de carga; (xxiv) transporte marítimo de cabotagem – carga; (xxv) transporte marítimo de longo curso – carga; (xxvi) transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia; (xxvii) transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (xxviii) navegação de apoio marítimo; (xxix) carga e descarga; (xxx) atividades do operador portuário; (xxxi) comissaria de despachos; (xxxii) agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo; (xxxiii) organização logística do transporte de carga; (xxxiv) operador de transporte multimodal – OTM; (xxxv) agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo; (xxxvi) transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (xxxvii) extração de minério de ferro; (xxxviii) comércio atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis; (xxxix) fabricação de sabões e detergentes sintéticos; (xl) fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal; (xli) transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; (xlii) comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar; (xliii) fabricação de embalagens de material plástico; (xliv) comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar; (xlv) comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria; (xlvi) comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal; (xlvii) comércio atacadista de produtos de higiene pessoal; (xlviii) gestão de ativos intangíveis não-financeiros; (xlix) lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines; (l) promoção de vendas; (li) preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente; (lii) comércio atacadista de alimentos para animais; (liii) comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; (liv) comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associado; (lv) pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais; (lvi) serviços combinados de escritório e apoio administrativo; (lvii) depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis; (lviii) comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados; (lix) outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente; (lx) criação de bovinos para corte; e (lxi) fabricação de desinfetantes domissanitários.”

Em razão da deliberação acima, o Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 3º - A Companhia tem por objeto-a: (i) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista (holdings), e administração de bens próprios; (ii) compra e venda de bens, produtos e mercadorias; (iii) importação e exportação de bens, produtos e mercadorias; (iv) prestação de serviços em geral; (v) comércio atacadista e varejista de energia elétrica; (vi) a geração e a comercialização de energia termoeletrica e as atividades relacionadas a esse objeto, tais como, a instalação e implantação de projetos de produção independente de energia, a operação e manutenção de usinas termoeletricas, obras e edificações correlatas, a compra e importação de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; (vii) manutenção e reparação de equipamentos de transmissão para fins industriais; (viii) outras sociedades de participação, exceto holdings e outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente; (ix) serviços de consultoria e gestão de energia; (x) distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas; (xi) atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; (xii) outras sociedades de participação, exceto holdings; (xiii) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (xiv) aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes; (xv) extração de petróleo e gás natural; (xvi) atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural; (xvii) geração de energia elétrica; (xviii) transmissão de energia elétrica; (xix) produção de gás; processamento de gás natural; (xx) distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas; (xxi) comércio atacadista de combustíveis de origem mineral em bruto; (xxii) administração de obras; (xxiii) aluguel de outras máquinas e equipamentos; (xxiv) fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente; (xxv) atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica; (xxvi) comércio varejista de material elétrico; (xxvii) holdings de instituições não-financeiras; (xxviii) gestão e administração da propriedade imobiliária; (xxix) transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; (xxx) transporte ferroviário de carga; (xxxi) transporte marítimo de cabotagem – carga; (xxxii) transporte marítimo de longo curso – carga; (xxxiii) transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia; (xxiv) transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (xxxv) navegação de apoio marítimo; (xxxvi) carga e descarga; (xxxvii) atividades do operador portuário; (xxxviii) comissaria de despachos; (xxxix) agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo; (xl) organização logística do transporte de carga; (xli) operador de transporte multimodal – OTM; (xlii) agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo; (xliii) transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (xliv) extração de minério de ferro; (xlv) comércio atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis; (xlvi) fabricação de sabões e detergentes sintéticos; (xlvii) fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal; (xlviii) transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; (xlix) comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar; (l) fabricação de embalagens de material plástico; (li) comércio atacadista de

produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar; (lii) comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria; (liii) comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal; (liv) comércio atacadista de produtos de higiene pessoal; (lv) gestão de ativos intangíveis não-financeiros; (lvi) lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines; (lvii) promoção de vendas; (lviii) preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente; (lix) comércio atacadista de alimentos para animais; (lx) comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; (lxi) comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associado; (lxii) pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais; (lxiii) serviços combinados de escritório e apoio administrativo; (lxiv) depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis; (lxv) comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados; (lxvii) outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente; (lxviii) criação de bovinos para corte; e (lxix) fabricação de desinfetantes domissanitários.”

- (iii) A consolidação do Estatuto Social da Companhia na forma do Anexo I da presente ata.
- (iv) a publicação da ata desta Assembleia Geral Extraordinária, na forma do artigo 130, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações.

APROVAÇÃO DA ATA E ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a Assembleia, lavrando-se esta Ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos presentes.

ACIONISTAS PRESENTES: ZMF Participações Ltda., p. Aguinaldo Gomes Ramos Filho; WWMB Participações Ltda., p. Wesley Mendonça Batista Filho; JJMB Participações Ltda., p. Joesley Mendonça Batista; e Pinheiros Fundo de Investimento em Participações em Cadeias Produtivas Agroindustriais – FIP FIAGRO, p. Reag Administradora de Recursos Ltda., p. Marcos Ferreira Costa

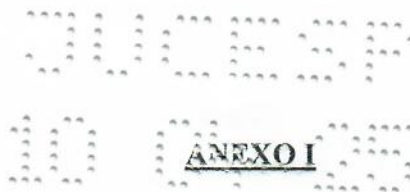
São Paulo, 25 de março de 2025.

Certifico que a presente é uma cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio.

JOÃO PAULO BUENO MINETTO
Secretário da Mesa



JUL 25
10 04 25



“ESTATUTO SOCIAL DA J&F S.A.

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - A J&F S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.

Artigo 2º - A Companhia tem sua sede e foro na Avenida Marginal Direita do Tietê, nº 500 - Bloco I – A - 1º andar - A, Vila Jaguara, CEP 05118-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo abrir filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante resolução da Diretoria.

Artigo 3º - Artigo 3º - A Companhia tem por objeto a: (i) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista (holdings), e administração de bens próprios; (ii) compra e venda de bens, produtos e mercadorias; (iii) importação e exportação de bens, produtos e mercadorias; (iv) prestação de serviços em geral; (v) comércio atacadista e varejista de energia elétrica; (vi) a geração e a comercialização de energia termoeletrica e as atividades relacionadas a esse objeto, tais como, a instalação e implantação de projetos de produção independente de energia, a operação e manutenção de usinas termoeletricas, obras e edificações correlatas, a compra e importação de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; (vii) manutenção e reparação de equipamentos de transmissão para fins industriais; (viii) outras sociedades de participação, exceto holdings e outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente; (ix) serviços de consultoria e gestão de energia; (x) distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas; (xi) atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; (xii) outras sociedades de participação, exceto holdings; (xiii) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (xiv) aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes; (xv) extração de petróleo e gás natural; (xvi) atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural; (xvii) geração de energia elétrica; (xviii) transmissão de energia elétrica; (xix) produção de gás; processamento de gás natural; (xx) distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas; (xxi) comércio atacadista de combustíveis de origem mineral em bruto; (xxii) administração de obras; (xxiii) aluguel de outras máquinas e equipamentos; (xxiv) fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente; (xxv) atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica; (xxvi) comércio varejista de material elétrico; (xxvii) holdings de instituições não-financeiras; (xxviii) gestão e administração da propriedade imobiliária; (xxix) transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; (xxx) transporte ferroviário de carga; (xxxi) transporte marítimo de

cabotagem – carga; (xxxii) transporte marítimo de longo curso – carga; (xxxiii) transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia; (xxiv) transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (xxxv) navegação de apoio marítimo; (xxxvi) carga e descarga; (xxxvii) atividades do operador portuário; (xxxviii) comissaria de despachos; (xxxix) agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo; (xl) organização logística do transporte de carga; (xli) operador de transporte multimodal – OTM; (xlii) agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo; (xliii) transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (xliv) extração de minério de ferro; (xlv) comércio atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis; (xlvi) fabricação de sabões e detergentes sintéticos; (xlvii) fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal; (xlviii) transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; (xlix) comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar; (l) fabricação de embalagens de material plástico; (li) comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar; (lii) comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria; (liii) comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal; (liv) comércio atacadista de produtos de higiene pessoal; (lv) gestão de ativos intangíveis não-financeiros; (lvi) lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines; (lvii) promoção de vendas; (lviii) preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente; (lix) comércio atacadista de alimentos para animais; (lx) comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; (lxi) comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associado; (lxii) pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais; (lxiii) serviços combinados de escritório e apoio administrativo; (lxiv) depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis; (lxv) comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados; (lxvi) outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente; (lxvii) criação de bovinos para corte; e (lxix) fabricação de desinfetantes domissanitários.

Artigo 4º - O prazo de duração da companhia é indeterminado, com início das atividades em 5 de dezembro de 1994.

CAPÍTULO II – DO CAPITAL SOCIAL

Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 8.627.981.546,81 (oito bilhões, seiscentos e vinte e sete milhões, novecentos e oitenta e um mil, quinhentos e quarenta e seis reais e oitenta e um centavos), dividido em 122.342.554 (cento e vinte e duas milhões, trezentas e quarenta e duas mil, quinhentas e cinquenta e quatro) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 61.190.255 (sessenta e uma milhões, cento e noventa mil, duzentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias e 61.152.299 (sessenta e uma milhões, cento e cinquenta e duas mil, duzentas e noventa e nove) ações preferenciais.

Parágrafo Primeiro - Os acionistas têm preferência para a subscrição das ações do capital na proporção das ações possuídas anteriormente.

Parágrafo Segundo - A subscrição de ações do capital para integralização a prazo fica sujeita ao pagamento inicial previsto na forma da lei, devendo o saldo ser pago nas condições fixadas pela Diretoria, com anuência prévia do Conselho Fiscal se em funcionamento.

Parágrafo Terceiro - As ações preferenciais de emissão da companhia não têm direito a voto, mas gozam dos seguintes direitos, preferências e vantagens:

- a) Direito de participar dos lucros distribuídos pela Companhia em igualdade de condições com as ações ordinárias de emissão da Companhia; e
- b) Prioridade no reembolso do capital, de tal maneira que os detentores das ações preferenciais de emissão da Companhia, em caso de liquidação, dissolução e/ou falência da companhia, receberão os seus haveres na íntegra antes que seja feito qualquer pagamento aos acionistas detentores de ações ordinárias.

Parágrafo Quarto - É vedada a emissão, pela companhia, de partes beneficiárias.

Parágrafo Quinto - Caso a companhia venha a abrir capital, deverá aderir a segmento especial de bolsa de valores, ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado, que assegure níveis diferenciados de práticas de governança corporativa, garantindo, no mínimo, a existência de regra estatutária de seus participantes: (i) que proíba a emissão de partes beneficiárias; (ii) segundo a qual o mandato dos membros do conselho de administração deverá ter prazo unificado de 1 (um) ano; e (iii) de compromisso arbitral para dirimir disputas, controvérsias ou reclamações entre os acionistas, relacionadas às disposições do Estatuto Social.

Artigo 6º - A cada ação ordinária nominativa corresponderá um voto nas deliberações das assembleias gerais.

CAPÍTULO III – DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 7º - A companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

Artigo 8º - O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e, no máximo, 8 (oito) membros, acionistas ou não, residentes ou não no país, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, podendo ser reeleitos. O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, indicados em assembleia geral.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no "Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração", com mandato unificado de 01 (um) ano.

Parágrafo Segundo - A assembleia geral fixará o montante global da remuneração dos membros do Conselho de Administração e este órgão, em reunião, distribuirá tal remuneração entre seus membros.

Artigo 9º - Em caso de vaga de qualquer cargo do Conselho de Administração os demais membros deverão nomear dentre eles um substituto para assumir suas funções até que os acionistas procedam à eleição de um novo conselheiro.

Parágrafo Primeiro - Dentro de 30 (trinta) dias do evento será convocada assembleia geral dos acionistas para preenchimento do cargo em caráter definitivo.

Parágrafo Segundo - No caso de ausência ou impedimento temporário, o Conselheiro ausente ou impedido temporariamente indicará dentre os Membros do Conselho de Administração, aquele que o representará.

Parágrafo Terceiro - Nas hipóteses previstas neste Artigo, de vaga, ausência ou impedimento temporário, o substituto ou representante agirá, inclusive para o efeito de votação em reunião do Conselho, por si e pelo substituído ou representado, devendo, no entanto, apresentar autorização do Conselheiro ausente ou impedido, comprovando sua indicação como substituto.

Artigo 10 - O Conselho de Administração tem a função primordial de estabelecer as diretrizes fundamentais da política geral da Companhia, verificar e acompanhar sua execução, cumprindo-lhe especialmente:

- a) Eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser este Estatuto;
- b) Fiscalizar a gestão dos Diretores;
- c) Examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia; solicitar informações sobre contratos já celebrados ou em vias de serem celebrados e quaisquer outros atos;
- d) Deliberar sobre a emissão de novas ações e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado da Companhia, fixando o preço de emissão das ações, forma de subscrição e integralização e outras condições da emissão, observadas as disposições do Artigo 170 da Lei nº 6.404/76;
- e) Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com ou sem garantia real;
- f) Convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- g) Apresentar à assembleia geral propostas de destinação dos lucros sociais e de alterações estatutárias;

- h) Manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
- i) Escolher e destituir os auditores independentes;
- j) Deliberar sobre a distribuição da remuneração atribuída pela Assembleia Geral a seus membros;
- k) Autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação;
- l) Autorizar a constituição de novas empresas, pela Companhia; a aquisição ou alienação pela Companhia, de quaisquer participações societárias em outras sociedades, a aquisição ou alienação de estabelecimentos ou negócios, no Brasil ou no exterior, incluindo por meio da celebração de contratos de joint venture, exceto aumento da participação societária em entidade da qual a Companhia já tenha alguma participação;
- m) Autorizar qualquer ato que envolver a Companhia em negócios ou operações estranhos ao seu objeto social e aos seus interesses sociais, tais como a prestação de fianças, avais, endossas ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando tais fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias sejam em favor de controlador direto ou indireto da Companhia, de suas controladas diretas ou indiretas, bem como de entidades coligadas e/ou sob controle comum da Companhia;
- n) Autorizar a celebração de qualquer instrumento relacionado à aquisição de bens destinados a integrar o ativo permanente da Companhia, com parte relacionada ou não, que individualmente exceda o montante de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).
- o) Autorizar a venda, permuta, transferência ou alienação, por qualquer forma, de bens imóveis da Companhia;
- p) Autorizar o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, de insolvência ou de falência da Companhia;
- q) Autorizar qualquer transformação de tipo societário, fusão, incorporação ou cisão da Companhia, ou qualquer reestruturação societária da Companhia ou suas subsidiárias;
- r) Autorizar pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio;
- s) Autorizar a realização de qualquer negócio além do objeto social e atividades correlatas, quer direta ou indiretamente;
- t) Autorizar a celebração de qualquer contrato com clientes da Companhia de valor individual superior a R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais);
- u) Autorizar a rescisão de qualquer contrato com clientes da Companhia de valor individual superior a R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais);
- v) Autorizar qualquer outra ação fora do curso ordinário dos negócios da Companhia ou que de outra forma tenha um impacto financeiro de valor acima de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) na Companhia; e
- w) Representar e defender a imagem da Companhia e de seus acionistas em todos os ambientes institucionais, devendo acompanhar o desenvolvimento de assuntos que afetem o futuro ou estratégia da Companhia, ou que tenham relevância em seu desempenho estratégico;
- e
- x) Deliberar sobre os demais assuntos de interesse da Companhia.

Artigo 11 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada 2 (dois)

meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, na sede da companhia ou em qualquer outra localidade escolhida, mediante convocação do seu Presidente, do seu Vice-Presidente ou de quaisquer dois Conselheiros. As atas das reuniões serão lavradas em livro próprio.

Parágrafo Primeiro - As reuniões serão convocadas pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente do Conselho, mediante comunicação, por escrito, expedida com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência, devendo dela constar o local, dia e hora da reunião, bem como, resumidamente, a ordem do dia e cópia de todos os documentos e propostas relacionados aos temas constantes da ordem do dia.

Parágrafo Segundo - A convocação prevista no parágrafo anterior será dispensada sempre que estiver presente à reunião a totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração, ou desde que os mesmos manifestem sua concordância à dispensa daquelas formalidades.

Parágrafo Terceiro - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar, será necessária a presença: (i) em primeira convocação, de pelo menos 3 (três) de seus membros em exercício, sendo considerado como presente aquele que estiver presente na ocasião, ou representado por seu substituto, ou que tiver enviado seu voto por escrito; e (ii) em segunda convocação, com qualquer número.

Parágrafo Quarto - As resoluções do Conselho de Administração serão sempre tomadas por maioria de votos dos membros presentes às reuniões. Em caso de empate, prevalecerá o voto do Presidente do Conselho de Administração.

Artigo 12 - A Diretoria da companhia será constituída de, no mínimo, 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) diretores, acionistas ou não, mas todos residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração. Dos diretores, um será o Diretor Presidente, um será Diretor Vice-Presidente Corporativo, e os demais, Diretores sem denominação específica.

Artigo 13 - O mandato da Diretoria será de 3 (três) anos. Todos os diretores deverão permanecer em exercício até a investidura de seus sucessores, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Único - A remuneração dos diretores será estabelecida e distribuída entre os mesmos, de acordo com o que for determinado pelo Conselho de Administração que os elegeu.

Artigo 14 - Ocorrendo vaga, por qualquer motivo, do cargo de Diretor Presidente, o respectivo substituto será escolhido pela Diretoria dentre os diretores remanescentes, na primeira reunião que se realizar depois da ocorrência da vaga. Ocorrendo vaga de um dos demais cargos da Diretoria, esta, na primeira reunião que realizar, se assim entender conveniente ou necessário, fará o preenchimento do cargo por pessoa indicada dentre os diretores remanescentes, que o exercerá interinamente até a primeira reunião do Conselho de Administração que vier a se realizar após o evento, que então nomeará um diretor definitivo.

Parágrafo Único - O diretor que for designado nos termos deste artigo exercerá as suas funções até a realização da primeira reunião do Conselho de Administração que vier a se realizar após o evento.

Artigo 15 - Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou pelo presente Estatuto, atribuída a competência ao Conselho de Administração ou à assembleia geral. Seus poderes incluem, mas não estão limitados a, entre outros, os suficientes para:

- a) Zelar pela observância da lei e deste Estatuto;
- b) Zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas assembleias gerais e nas suas próprias reuniões;
- c) Administrar, gerir e superintender os negócios sociais;
- d) Emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; e
- e) Distribuir, entre seus membros, as funções da administração da companhia.

Parágrafo Primeiro - A representação da companhia, em Juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, compete a qualquer diretor.

Artigo 16 - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, mas pelo menos uma vez por ano. As reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, pelo diretor que na ocasião for escolhido.

Parágrafo Primeiro - As reuniões serão sempre convocadas pelo Diretor Presidente ou por quaisquer dois diretores. Para que possam se instalar e validamente deliberar, é necessária a presença da maioria dos diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos, ou de dois, se só houver dois diretores em exercício.

Parágrafo Segundo - As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente da reunião, em caso de empate, também o voto de desempate.

Artigo 17 - Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer diretor, este poderá indicar um substituto para servir durante sua ausência ou impedimento. O substituto do diretor exercerá todas as funções e terá os poderes, direitos e deveres do diretor substituído.

Parágrafo Único - O substituto deverá ser um dos demais diretores que votará nas reuniões da Diretoria por si e pelo diretor que estiver substituindo.

Artigo 18 - As escrituras de qualquer natureza, as letras de câmbio, os cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer outros documentos que importem em

responsabilidade ou obrigação para a companhia, serão obrigatoriamente assinados por qualquer diretor, ou por procurador investido de especiais e expressos poderes.

Artigo 19 - As procurações serão sempre outorgadas em nome da companhia por qualquer diretor, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão um período de validade limitado ao máximo de 02 (dois) anos.

Artigo 20 - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer diretor, procurador ou funcionário, que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando tais fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias sejam em favor de controlador direto ou indireto da Companhia, de suas controladas diretas ou indiretas, bem como de entidades coligadas e/ou sob controle comum da Companhia.

Artigo 21 - Fica vedado à Companhia e qualquer uma de suas subsidiárias, sejam elas diretas ou indiretas, vender quaisquer contratos de opções (direta ou indiretamente), ou ainda firmar contratos de opção em que figure como lançador, com exceção das sociedades que possuam tal atividade em seu objeto social. São definidas como opções de compra (calls) aquelas que proporcionam ao seu titular o direito de comprar o ativo objeto em uma determinada data por um determinado preço; e como opções de venda (puts) aquelas que proporcionam ao seu titular o direito de vender o ativo objeto em uma determinada data por um determinado preço. Para efeitos desse artigo serão considerados contratos de opção aqueles que direta ou indiretamente, de forma expressa ou implícita, proporcionem qualquer vantagem à Companhia em contrapartida a uma volatilidade do mercado, ou seja, quando há risco de oscilação do preço do ativo objeto do contrato. Dentre as quais, mas não se limitando a estas, quaisquer operações nas quais o ativo objeto do contrato ficar condicionado à taxa do dólar, preço do ouro, de commodities, títulos públicos, variação cambial e variação de juros.

Parágrafo Primeiro - Sem prejuízo do disposto no *caput* deste Artigo 21, também fica vedado à Companhia e qualquer uma de suas subsidiárias, sejam elas diretas ou indiretas, celebrar, em seu nome, e de acordo com as demais previsões e limitações estabelecidas pela Lei e pelo presente Estatuto Social, qualquer contrato, acordo ou outro instrumento de assunção de direitos e obrigações cuja rescisão, por iniciativa da Companhia ou suas subsidiárias, (a) seja vedada; (b) não possa ser realizada antes de 90 (noventa) dias da data que venha a informar à contraparte sua intenção de rescindir a relação contratual; ou (c) acarrete em pagamento de qualquer modalidade de sanção ou obrigação pecuniária para a Companhia ou suas subsidiárias, incluindo mas não se limitando a multa, lucros cessantes, cláusula *take or pay* e/ou compromisso da Companhia ou de suas subsidiárias de permanecer com a obrigação de pagar parcelas vincendas cujo valor seja igual ou superior ao equivalente a 3 (três) meses das obrigações pecuniárias contratadas.

Parágrafo Segundo - A vedação de que trata o Parágrafo Primeiro acima não é aplicável (i) à celebração de contrato, acordo ou outro instrumento de assunção de direitos e obrigações no contexto de operações financeiras, pela Companhia e/ou qualquer uma de suas subsidiárias, sejam elas diretas ou indiretas, que acarretem na emissão de valores mobiliários representativos de dívida, incluindo, mas não se limitando a notas promissórias, debêntures, *commercial papers*, *notes*, *bonds*, conforme disposto neste Estatuto Social; (ii) às operações de venda de participações societárias pela Companhia, incluindo seus desdobramentos.

CAPITULO IV – DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 22 - As assembleias gerais serão ordinárias e extraordinárias. As assembleias gerais ordinárias realizar-se-ão nos quatro meses seguintes ao término do ano social e, as extraordinárias, sempre que houver necessidade.

Artigo 23 - As assembleias gerais serão presididas pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração da companhia, ou, na ausência de ambos, por um acionista escolhido por maioria de votos dos presentes. Ao Presidente da assembleia cabe a escolha do Secretário.

CAPITULO V – DO CONSELHO FISCAL

Artigo 24 - O Conselho Fiscal da companhia, que será integrado por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, funcionará em caráter não permanente e será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

CAPITULO VI – DO ANO SOCIAL, DO BALANÇO E DOS LUCROS

Artigo 25 - O ano social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 26 - Ao fim de cada exercício, serão elaboradas as demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes.

Parágrafo Único - As demonstrações contábeis deverão ser auditadas, anualmente, por auditores independentes registrados na CVM.

Artigo 27 - A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração:

- a) O pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver;

b) A distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendos pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e

c) O pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.

Artigo 28 - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei 6.404/76, conforme o disposto no parágrafo 1º deste artigo, ajustado para fins do cálculo de dividendos nos termos do artigo 202 da mesma Lei, observada a seguinte ordem de dedução:

a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

b) Uma parcela, por proposta da Diretoria, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei 6.404/76;

c) Do saldo do lucro líquido remanescente após as destinações da reserva legal e reserva para contingências conforme determinado nas letras (a) e (b) acima, uma parcela será destinada ao pagamento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento); e

d) No exercício em que o montante do dividendo mínimo obrigatório, calculado nos termos da letra (c) acima, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta da Diretoria, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei 6.404/76;

CAPÍTULO VII – DA LIQUIDAÇÃO

Artigo 29 - A companhia entrará em liquidação nos casos legais, competindo ao Conselho de Administração estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação.

CAPÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 30 - Nos casos omissos ou duvidosos aplicar-se-ão as disposições legais vigentes.

Artigo 31 - Em caso de conflito entre as disposições do presente Estatuto Social e as disposições constantes do Acordo de Acionistas da Companhia, devidamente arquivado na Sede Social, as disposições do Acordo de Acionistas prevalecerão.

Artigo 32 - Todas as disputas, controvérsias ou reclamações que surgirem entre os acionistas, relacionadas às interpretações dos termos e/ou execução das obrigações estipuladas neste Estatuto Social e/ou à violação de quaisquer termos e condições aqui previstos, que não possam ser resolvidas amistosamente, deverão ser submetidas à arbitragem.

Parágrafo Primeiro - A arbitragem será regida de acordo com as regras do Regulamento de Arbitragem da Câmara do Comércio Brasil-Canadá (CA-CCBC), ficando essa Câmara responsável pela administração do procedimento arbitral. No caso do Regulamento de Arbitragem da Câmara do Comércio Brasil-Canadá ser omissos em qualquer aspecto procedimental, desde já acordam em aplicar supletivamente, e nessa ordem, as leis procedimentais brasileiras previstas na Lei nº 9.307/96 e no Código Civil Brasileiro.

Parágrafo Segundo - A sede da arbitragem será a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, o idioma será o português e a arbitragem será constituída por 3 (três) árbitros.

Parágrafo Terceiro - Os árbitros deverão decidir com base na legislação brasileira aplicável, sendo vedada a aplicação do princípio da equidade.

Parágrafo Quarto - O laudo arbitral será considerado final e definitivo, e obrigará os acionistas, que renunciam expressamente qualquer forma de recurso contra o laudo arbitral.

Parágrafo Quinto - Os acionistas poderão recorrer ao Poder Judiciário exclusivamente nos casos abaixo discriminados, sem que tal conduta seja considerada como ato de renúncia à arbitragem como único meio de solução de controvérsias escolhido pelos acionistas: (i) para assegurar a instituição da arbitragem; (ii) para obter medidas cautelares de proteção de direitos previamente à constituição do tribunal arbitral; e (iii) para execução de qualquer decisão de tribunal arbitral, inclusive, mas não exclusivamente, o laudo arbitral. Para tanto, os acionistas neste ato elegem o Foro da Comarca Capital do Estado de São Paulo como competente para analisar e julgar essas questões.

Parágrafo Sexto - A responsabilidade pelo pagamento das custas da arbitragem será determinada em conformidade com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ou pelo tribunal arbitral.”

Estatuto Social consolidado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de abril de 2025.

JUL 31
2011
JOÃO PAULO BUENO MINETTO
Secretário da Mesa

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código F6B8-3225-7036-4187.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/F6B8-3225-7036-4187> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F6B8-3225-7036-4187



Hash do Documento

61C81A25B7591F5EEE1217DE91AF4AAB5CA89457363AC9485749ED4B24F98302

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2025 é(são) :

☒ **Nome no certificado:** Joao Paulo Bueno Minetto em 28/03/2025

09:48 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

